Revista de Geografia (Recife) V. 42, Nº. 2, 2025
Universidade Federal de Pernambuco

https://doi.org/10.51359/2238-6211.2025.264477

PKS PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT
REVISTA DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Pernambuco
https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia
OJS OPEN JOURNAL SYSTEMS

Notas sobre o conceito de território a partir da perspectiva da história da geografia

João Emerson Cunha Silva[1] - Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7797-6939
Amanda Christinne Nascimento Marques[2] - Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2642-988X

[1] Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil[*]
[2] Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil[**]

Artigo recebido em 02/10/2024 e aceito em 28/06/2025

RESUMO
A história da geografia evidencia que os trajetos seguidos pelo conceito de território são marcados por uma não linearidade, ou seja, enquanto em determinadas fases o referido termo perdeu terreno para conceitos mais tradicionais, em outras, assumiu centralidade no desenvolvimento de pesquisas nesse campo do saber. Assim, a pesquisa objetiva compreender os caminhos percorridos pelo conceito de território ao longo dos paradigmas que têm influenciado o pensamento geográfico através da análise de obras de autores que centraram suas reflexões em torno do território. A fim de lastrearmos teoricamente os trajetos para o alcance desse objetivo, fundamentamo-nos, no campo do estudo da história da geografia, a partir do pensamento de autores como Claval (2014a), Moreira (2015) e Andrade (2008), já em relação ao conceito de território, os aportes teóricos são compostos por autores como Haesbaert (2019), Saquet (2020), Almeida (2005), Gottmann (2012), Andrade (2004) e Bonnemaison (2012). Na perspectiva metodológica, selecionamos a análise de conteúdo, com ênfase em suas técnicas qualitativas, como recurso metodológico para análise das obras selecionadas. Por fim, constatamos, no quadro dos resultados da pesquisa, uma ampla variedade de abordagens territoriais detectadas ao longo da história da geografia, fato que evidencia a multiplicidade de abordagens e perspectivas acerca do conceito de território ao longo da produção científica da geografia, notadamente a partir do movimento de renovação da geografia experienciado a partir dos anos 1960.

Palavras-chave: território; epistemologia; geografia.

[*] Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB). E-mail: jemersonsantosc@gmail.com
[**] Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB). Doutora em Geografia pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (NPGEO-UFS). E-mail: amandamarques.geografia@gmail.com

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Notes on the concept of territory from the perspective of the history of geography

ABSTRACT

The history of geography shows that the trajectories followed by the concept of territory are marked by a non-linearity, that is, while in certain phases the term lost ground to more traditional concepts, in others it acquired centrality in the development of research in this field of knowledge . Thus, objective research understands the paths taken by the concept of territory throughout the paradigms that influenced geographic thinking through the analysis of works by authors who centered their reflections around territory. In order to theoretically undertake the journeys to achieve this objective, we base ourselves, in the field of studying the history of geography, on the thoughts of authors such as Claval (2014a), Moreira (2015) and Andrade (2008), already in Regarding the concept of territory, the theoretical contributions are made up of authors such as Haesbaert (2019), Saquet (2020), Almeida (2005), Gottmann (2012), Andrade (2004) and Bonnemaison (2012). From a methodological perspective, we selected content analysis, with an emphasis on its qualitative techniques, as a methodological resource for analyzing the selected works. Finally, we found, within the research results, a wide variety of territorial approaches blocked throughout the history of geography, a fact that highlights the multiplicity of approaches and perspectives on the concept of territory throughout the scientific production of geography, notably the from the geography renewal movement experienced since the 1960s.

Keywords: territory; epistemology; geography.

Notas sobre el concepto de territorio desde la perspectiva de la historia de la geografía

RESUMEN

La historia de la geografía muestra que las trayectorias seguidas por el concepto de territorio están marcadas por una no linealidad, es decir, mientras en ciertas fases el término perdió terreno frente a conceptos más tradicionales, en otras adquirió centralidad en el desarrollo de las investigaciones en este ámbito. campo del conocimiento. Así, la investigación objetiva comprende los caminos seguidos por el concepto de territorio a lo largo de los paradigmas que influyeron en el pensamiento geográfico a través del análisis de obras de autores que centraron sus reflexiones en torno al territorio. Para emprender teóricamente los caminos para alcanzar este objetivo, nos basamos, en el campo del estudio de la historia de la geografía, en el pensamiento de autores como Claval (2014a), Moreira (2015) y Andrade (2008), ya en En cuanto al concepto de territorio, los aportes teóricos están integrados por autores como Haesbaert (2019), Saquet (2020), Almeida (2005), Gottmann (2012), Andrade (2004) y Bonnemaison (2012). Desde una perspectiva metodológica, seleccionamos el análisis de contenido, con énfasis en sus técnicas cualitativas, como recurso metodológico para el análisis de los trabajos seleccionados. Finalmente, encontramos, dentro de los resultados de la investigación, una amplia variedad de enfoques territoriales bloqueados a lo largo de la historia de la geografía, hecho que resalta la multiplicidad de enfoques y perspectivas sobre el concepto de territorio a lo largo de la producción científica de la geografía, notablemente desde la geografía. movimiento renovador experimentado desde los años 1960.

Palabras clave: territorio; epistemología; geografía.

INTRODUÇÃO

Os trajetos seguidos pelo conceito de território no âmbito da história da geografia são influenciados pela presença de distintas abordagens e conceituações do que o constitui, sendo necessário evidenciar que esses debates em torno de suas definições estão articulados aos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que marcaram cada época em associação com as correntes de pensamento que têm influenciado a produção do discurso geográfico ao longo do tempo.

Nessa conjuntura, vale mencionar que os caminhos percorridos pelo conceito no prisma da produção geográfica não são lineares, ou seja, dentro da história da geografia, alternaram-se fases em que o conceito de território possuía menor representatividade, como ocorreu nas geografias clássica e teorético-quantitativa, que privilegiaram os conceitos de região e espaço, com outras em que ele assumiu maior centralidade, notadamente através de abordagens trazidas pelas geografias radical, cultural e pós-estruturalista, as quais, consoante Claval (2022) integram um movimento de renovação da geografia, a chamada virada cultural da disciplina.

Aditivamente, Claval (1999) chama atenção para o fato de compreender o território como uma descoberta recente da geografia humana. O autor menciona que nos anos 1960 os geógrafos atribuíam tudo ao espaço, sendo que hoje em dia trabalha-se de modo mais usual com território, mudança que reflete, parcialmente, debates epistemológicos internos da própria geografia e que testemunha transformações no mundo e nas maneiras de compreendê-lo.

Atualmente, o território é um dos conceitos que mais têm alcançado centralidade na geografia e, segundo Haesbaert (2023), ele tem extrapolado o campo específico da geografia, galgando espaços na esfera de outras ciências sociais como a ciência política e a antropologia que têm refletido território, respectivamente, a partir da discussão dos estados-nações e das dinâmicas dos povos e comunidades tradicionais. Esta leitura é partilhada por Saquet (2015), que atesta um crescimento de estudos centrados no conceito de território não somente na geografia, mas também em outras áreas, como na sociologia, na antropologia e na economia.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as trajetórias do conceito[1] de território a partir da ótica da história do pensamento geográfico. Para tanto, evidenciaremos os caminhos

[1] O território constitui-se como um conceito-chave da ciência geográfica, podendo também ser utilizado como uma categoria de análise. Sobre a distinção entre categoria e conceito, Souza (2009) aponta que é importante ressaltar que as categorias teriam uma dimensão mais geral, que revelam propriedades de categorias empíricas e analíticas, como espaço e tempo, enquanto os conceitos teriam uma dimensão mais particular que se expressam nas categorias empíricas e analíticas.

percorridas por esse conceito, desde os primeiros paradigmas do pensamento geográfico (geografias clássica e teorética) até às vertentes mais recentes subsidiadas pelas abordagens crítica e cultural.

A fim de alcançar o objetivo da pesquisa, ancoramo-nos em uma abordagem teórico-metodológica fundamentada em autores que discutem de forma aprofundada a questão do território no campo geográfico, como Haesbaert (2019), Saquet (2020), Andrade (2004), Bonnemaison (2012), Claval (1999), Gottmann (2012), Raffestin (1993) e Almeida (2005). Ademais, como nossa pesquisa dialoga intensamente com reflexões referentes à história da geografia, obras como as de Claval (2014a, 2014b), Côrrea (2000), Moreira (2015) e Santos (2021) são fundamentais por nos oferecerem os aportes teóricos necessários para discutir a temática do território de forma interseccionada com a história do pensamento geográfico.

No campo da justificativa da pesquisa, pontuamos que o presente estudo tem a potencialidade de evidenciar as principais abordagens do conceito de território no quadro dos estudos geográficos, trazendo uma contribuição importante para a história de um conceito que esteve presente desde as primeiras fases do pensamento geográfico, mas que teve o seu papel alterado no transcorrer do tempo.

Portanto, a pesquisa trilha caminhos para compreender como o conceito de território foi discutido na história do pensamento geográfico, enfatizando-se a influência dos contextos sociais e teóricos como fatores importantes para delinear os percursos não lineares desse conceito que, cada vez mais, tem galgado espaços na produção científica da ciência geográfica.

METODOLOGIA

No âmbito metodológico, destacamos que a pesquisa constitui uma análise bibliográfica sobre obras de autores que realizaram reflexões aprofundadas em torno do conceito de território na ótica da geografia. que consoante Severino (2007), é aquela que se realiza por meio de registros disponíveis, produtos de pesquisas anteriores, que podem estar disponíveis em diferentes publicações, como livros, artigos, teses, entre outras. Na pesquisa bibliográfica, conforme Severino (2007), os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados.

Nesse contexto, selecionamos um conjunto de obras para subsidiar a construção da pesquisa, entre as quais destacamos Reclus (1985), Ratzel (1990), Kropotkim (2018), Andrade (2004, 2008), Gottmann (2012), Raffestin (1993), Haesbaert (2019, 2015), Saquet (2020, 2015), Claval (1999,2014a, Claval2014b), Almeida (2005), Bonnemaison (2012) e Santos (2019).

Para análise das obras mencionadas, deliberamos pela utilização da análise de conteúdo a partir das reflexões de Bardin (2022), a qual atesta que essa metodologia consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações, não consistindo apenas como instrumento, mas sim englobando uma ampla variedade de técnicas adaptáveis a um campo de aplicação muito vasto. Nesse contexto, destacamos que utilizamos notadamente a utilização das abordagens qualitativas que essa metodologia proporciona na análise dos textos selecionados para reflexão acerca do conceito de território na história da geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento de estudos em torno de conceitos, categorias e noções na ciência geográfica não é uma tarefa simples, muito pelo contrário, envolve notadamente diálogos interdisciplinares entre os subcampos da geografia, as contribuições advindas de outras áreas do conhecimento, além das grandes discussões que se fundamentam na ótica da epistemologia ou "teoria do conhecimento", conforme Dutra (2010).

Neste contexto da seara epistemológica, Haesbaert (2015) aponta que, dentro do pensamento filosófico, a definição de conceito pode ter distintas acepções. A primeira significação refletida pelo autor é a perspectiva clássica kantiana, a qual entende conceitos como uma abstração, como uma "representação" de algo ou reflexão de um real que ele deve elucidar e/ou desvendar. Segundo Kant apud Haesbaert (2015):

> todos os conhecimentos, isto é, todas as representações conscientemente referidas a um objeto, são ou intuições ou conceitos. A intuição é uma *representação singular*, o conceito, uma *representação universal* ou *representação refletida* (Kant apud Haesbaert, 2015, p. 92).

Além da leitura de conceito na perspectiva racionalista[2] kantiana, que privilegia a concepção dos conceitos como representações universais ou representações refletidas do real, Haesbaert (*op. cit*.) aponta como outras vertentes do pensamento filosófico entendem os conceitos. Nesse quadro, em uma leitura da filosofia positivista, o conceito seria algo estanque que classifica e divide claramente um universo, tanto empírico, quanto eminentemente teórico. É visto nessa corrente como uma representação, é tratado como uma classificação diferenciadora, que distingue claramente "elementos do real".

[2] Acerca do Racionalismo, Dutra (2010) aponta algumas características centrais dessa vertente do pensamento epistemológico, como o método axiomático, o fundacionismo e o entendimento de que o próprio intelecto humano era a fonte das primeiras verdades, as chamadas "verdades de razão".

Entretanto, o autor se contrapõe a essas perspectivas de entendimento do que são conceitos, tanto em relação à visão clássica kantiana, quanto em relação à tendência positivista estática que classifica e recorta a realidade. Nesse sentido, o autor aponta que entende conceito mais na perspectiva deleuziana de "transformadores" e não como meras "representações" da realidade. Dessa forma, o conceito só seria claramente distinguível do "real-empírico" numa visão tradicional. Mais do que uma reapresentação do real, o conceito é uma mediação a que recorremos para sua compreensão, mesmo que não se restrinja a este caráter mediador ou de meio. (Haesbaert, 2015)

De acordo com Deleuze e Guattari (2010), os conceitos, pensados a partir da perspectiva filosófica, possuem algumas características, a primeira que os autores chamam atenção é que não existe conceito simples, os conceitos possuem componentes e se definem por eles além de sempre remeteram a outros conceitos. Adicionalmente, destacam que todo conceito remete a um problema, todo conceito tem uma história e é absoluto e relativo, como aponta o excerto abaixo:

> O conceito é, portanto, ao mesmo tempo absoluto e relativo: relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. É absoluto como todo, mas relativo enquanto fragmentário (Deleuze; Guattari, 2010, p. 29-30).

Nessa reflexão filosófica sobre os conceitos, Deleuze e Guattari (2010) alertam que os conceitos, pensados nesse plano filosófico delineado pelos autores, são criados na filosofia e pertencem à filosofia, como é o caso do *cogito* cartesiano, que os dois pensadores utilizam para exemplificar o que constitui um conceito na filosofia. Enquanto a ciência se preocupa, segundo os autores, com o estado das coisas e de suas condições, elaborando proposições.

Após esses apontamentos, que sintetizam algumas das grandes contribuições trazidas pelo pensamento epistemológico em torno do questões conceituais, é importante destacarmos que entendemos, nesta pesquisa, território enquanto um conceito em consonância com estudiosos do pensamento geográfico, como Claval (1999), Haesbaert (2019), Saquet (2020) e Suertegaray (2001), que partilham dessa perspectiva, ainda que reconheçamos que outros autores trabalhem com território enquanto categoria ou que concebam categoria e conceito enquanto sinônimos.

Tendo como referência esse posicionamento, é importante refletirmos sobre como ocorreu o surgimento do território no pensamento geográfico, mas para esse exercício é imprescindível ter em mente

que o conceito, segundo pesquisadores [3] que já se debruçaram sobre essa temática, não nasce especificamente na ciência geográfica, nesse sentido, Rogério Haesbaert, aponta que:

> Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreoterritor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufrui-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação" (Haesbaert, 2007, p. 20).

Destarte, a partir do pensamento de Rogério Haesbaert, o conceito de território estaria sempre ligado à ideia de poder, não apenas na perspectiva do poder "político", mas incluindo nesse entendimento tanto o poder mais explicito de dominação, quanto o poder no sentido mais implícito de apropriação. Além disso, considera as duas dimensões, material e simbólica, na construção originária de seu significado, situação que, de certo modo, antecipa algumas das principais vertentes de análise do conceito, que são usualmente discutidas na esfera das ciências sociais, como apresentaremos no transcorrer da pesquisa.

Desse modo, na trajetória da busca pelas origens da utilização do conceito de território na geografia, é importante apontarmos que o termo já existia antes mesmo do processo de surgimento do que conhecemos hoje como geografia moderna[4]. É o que atesta Gottmann (2012), autor pioneiro no estudo do território na ótica da geografia, ao analisar que o termo território, na teoria política, já era utilizado nas línguas europeias desde o século XIV, com a função de delimitar a jurisdição ou até mesmo a influência econômica de algumas unidades governamentais como feudos, cidades livres ou reinos.

Além disso, Gottmann (2012) esclarece que o papel do conceito de território transformou-se muito ao longo dos séculos. Segundo o autor, certamente, pode-se afirmar que o conceito existiu até mesmo desde muito antes do século XIV e adquiriu mais significado desde então. Nessa perspectiva, é importante destacar que essa análise feita por Jean Gottmann evidencia a existência do conceito num período anterior ao nascimento da ciência moderna e de estruturação das ciências sociais, fatos que, conforme Claval (2014b), efetivaram-se nos séculos XVII e XIX/XX, respectivamente.

[3] Algumas das pesquisas que seguem essa linha de raciocínio são Gottmann (2012), Bonnemaison (2012) e Haesbaert (2019).

[4] Entendemos a concepção de geografia moderna, surgida a partir do pensamento do filósofo Immanuel Kant, como um projeto da revolução burguesa. É uma geografia que nasce no contexto da Revolução Burguesa, que ocorre na Inglaterra no século XVII e na França no século XVIII e da Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII na Inglaterra e no século XIX na França, com a Alemanha ficando de fora. É essa realidade que incomoda o pensamento de Kant na busca pela combinação de uma sistematização do conhecimento criado pela ciência no plano da natureza e de uma integração do homem ao seu discurso. Em sua busca de encontrar o ponto comum de pensar o homem e a natureza, tanto no campo empírico trilhado pela ciência quanto no abstrato característico da filosofia, encontra na Geografia e na História seus pontos de apoio. (Moreira, 2015)

Em sua análise sobre a evolução do conceito de território, Gottmann (2012) nos aponta que o debate sobre questões como estrutura, tamanho e uso do território de uma comunidade é tão antigo quanto as primeiras formas de vida política e, para comprovar esta tese, ele volta-se ao pensamento filosófico clássico, destacando as discussões dos filósofos Platão e Aristóteles, que foram fundamentais para moldar as bases da Teoria Política Ocidental, através do debate entre isolamento *versus* cosmopolitismo.

Conforme Gottmann (*op.cit*), sobre este antigo debate, Platão foi um defensor da perspectiva do isolamento em sua obra "Leis", ao discutir as características básicas de um *polis* ideal. No excerto abaixo, Jean Gottmann, em leitura da obra de Platão, destaca:

> Ele a queria isolada, especialmente do mar, para evitar a influência estrangeira. A população estaria agrupada no centro do território e as relações exteriores e trocas seriam responsabilidades de um pequeno número de funcionários públicos especialmente treinados, que seriam um anteparo da vida política interna ao envolvimento ou à influência estrangeira. Se a população estivesse em crescimento, o excedente seria realocado numa outra ilha similarmente planejada. Sua teoria alegava que um alto grau de isolamento promoveria uma política melhor e mais estável (Gottmann, 2012, p. 526).

Nesse contexto, a sua teoria tinha a premissa de que um significativo grau de isolamento possibilitaria uma conjuntura política melhor e mais estável, longe da influência estrangeira. A premissa de Platão, de que o território deve ser suficientemente grande para garantir a manutenção de um certo número de homens de ambição modesta e não maior do que isso, é considerada a mais antiga precursora das doutrinas de isolamento, contenção político-econômica e de autossuficiência. (Gottmann, 2012)

Esse isolacionismo platônico foi pouco seguido ao longo da história, seu próprio discípulo – Aristóteles – teve divergências com ele, admitindo a necessidade de atividades marítimas e de comércio externo. Estas ideias foram amplificadas pelo pupilo de Aristóteles – Alexandre, o Grande – que, no processo de formação do Império Macedônico, adotou uma filosofia política e um planejamento imperial mais cosmopolitas e pluralistas, o que originou o chamado cosmopolitismo alexandrino. (Gottmann, 2012)

Essas duas vertentes, isolacionismo platônico e cosmopolitismo alexandrino, continuaram a promover debates sobre a organização do território ao longo da história. No entanto, é apenas em fins da Idade Média que ocorre o surgimento do reconhecimento da soberania territorial, como atesta Gottmann (*op. cit*, p. 527) "Somente após o século XIV, em meio a lutas dinásticas na Europa Ocidental, e especialmente na França, é que vemos o reconhecimento da soberania sobre um território nacional emergir como uma convenção essencial do poder político."

É a partir dessas colocações que Jean Gottmann considera o território como um termo surgido na teoria política, muito vinculado à discussão em torno da gênese dos estados nacionais europeus, sendo tratado como um dos três elementos fundamentais na constituição dum Estado, junto à população e à soberania.

Após esta discussão proposta por Jean Gottmann no quadro do pensamento filosófico, é essencial delinearmos como o conceito de território foi assimilado noutro contexto histórico e social, especificamente numa fase de ciências sociais mais sistematizadas e institucionalizadas que no período discutido por Gottmann até então. No contexto científico[5], Andrade (2004) menciona o caráter antigo do uso do território, tanto no campo das ciências naturais quanto no das ciências sociais. No contexto das ciências sociais, o autor destaca obras do século XIX de geógrafos como Ratzel e Reclus, que trataremos com maior detalhe no tópico seguinte.

Na esfera dos estudos das ciências naturais, Andrade (2004, p.19) cita as pesquisas vinculadas à territorialidade animal, nas quais "território seria a área de influência e predomínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, perdendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies".

Essa perspectiva é partilhada por outros autores que realizaram estudos em torno do conceito de território no campo das ciências sociais, evidenciando que uma das mais antigas abordagens, mas com pouca veiculação atualmente, é justamente a vertente natural ou naturalista. Essa vertente aborda o conceito, seja no sentido de sua vinculação com o comportamento dos animais, seja na relação da sociedade com a natureza, na qual o território humano é delimitado através da relação com a dinâmica ou "poder" natural do mundo. (Haesbaert, 2019)

Ao aprofundar essa discussão, Haesbaert (2019) nos aponta que a etologia, área da zoologia que estuda o comportamento animal, teve um papel fundamental no desenvolvimento dessa vertente de abordagem do território. Sobre a forma como o conceito é visto a partir do prisma dessa subárea das ciências biológicas, o trecho abaixo esclarece que:

> o território é a área geográfica nos limites da qual a presença permanente ou frequente de um sujeito exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo seco (machos), à exceção dos jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual) (Di Méo apud Haesbaert, 2019, p. 45).

[5] Utilizamos essa terminologia nos referenciando teoricamente na classificação dos estados científicos efetuada por Bachelard (1996), na qual o estado científico se iniciaria em fins do século XVIII, substituindo o estado pré-científico.

Essa noção de território exemplifica claramente a abordagem naturalista do conceito, na qual o território é visto como a área delimitada por comportamentos realizados pelos animais. Segundo Haesbaert (*op. cit*) os estudos sobre territorialidade animal são relativamente antigos na etologia, tendo como trabalho de referência os estudos efetuados por Elliot Howard.

Sobre os estudos territoriais efetuados na seara da etologia, Bonnemaison (2012), especifica que essa discussão foi introduzida na seara científica em 1920, notadamente, com os trabalhos acerca da vida social dos toutinegras do ornitólogo inglês Elliot Howard. Estes estudos possibilitaram o desenvolvimento de conceitos revolucionários para a época, como o entendimento de que os pássaros têm uma sociedade territorial, na qual os conflitos entre os indivíduos se assentam na delimitação do território, cuja posse determinava não apenas a hierarquia social, como também o acesso às fêmeas.

Adicionalmente, Bonnemaison (2012), destaca que os trabalhos de Elliot Howard não ficaram circunscritos apenas ao território, desenvolvendo também alguns conceitos derivados, como é o caso da territorialidade animal, que corresponde a uma conduta característica adotada por um organismo para apossar-se de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie.

Bonnemaison (*op. cit.*), nos alerta que essa concepção de "territorialidade inata" foi estendida por etólogos a outras sociedades animais e, posteriormente, alguns chegaram a ampliar e aplicar essa abordagem ao estudo do comportamento humano. Baseado nesses estudos produzidos na etologia, Joël Bonnemaison explica que o território animal está ligado à apropriação biológica, sendo exclusivo para os membros de uma mesma espécie, possuindo além de fronteiras, uma área segura, chamada de núcleo central, e uma zona fronteiriça, que se degrada em zona perigosa à medida que se afasta do núcleo.

Ademais, quando consideramos a transposição da aplicação dessa leitura da territorialidade animal ao estudo do comportamento humano, o autor que mais longe levou esta perspectiva em seus trabalhos foi Robert Ardrey, pensador referência no que diz respeito à interpretação neodarwinista de territorialidade. Afirmava Ardrey que não apenas o homem é uma "espécie territorial", como também este modo de comportamento territorial apresenta correspondência com o que é detectado entre os animais. (Haesbaert, 2019)

Haesbaert (*op. cit*), aponta algumas críticas ao pensamento de Robert Ardrey, o qual considera que nossas atitudes são motivadas em decorrência de nosso passado evolutivo e não pela nossa cultura, sendo o nosso comportamento uma marca de nossa espécie, assim como são nossos ossos ou a configuração de nossos nervos em uma área do cérebro humano. Para Ardrey apud Haesbaert (*op. cit*), elementos como a

defesa dos títulos de nossa terra ou até mesmo a soberania de nosso país são motivados por razões inatas que não podem ser eliminadas, para Ardrey a natureza territorial do homem é genética e inextirpável.

Rogério Haesbaert esclarece que essa visão é muito antiga na esfera das ciências sociais, sem embargo é pouco utilizada atualmente. Ao efetuar uma análise dessa vertente de estudos, o autor supracitado realiza algumas críticas ao pensamento ardreyano, como pode ser percebido no trecho a seguir:

> Ao expandir a noção a todos "os seres animados", entre os quais se encontra o homem, Ardrey promove a argumentação completamente equivocada de que os homens, como os animais, possuem uma "compulsão íntima" ou um impulso para a posse e defesa de territórios, e de que todo o seu comportamento seria moldado de forma idêntica... (Haesbaert, 2019. p. 46).

Diante disso, o autor afirma que essa interpretação da territorialidade como um instinto básico, apesar de ser considerada completamente superada nas ciências sociais, ainda angaria alguns escritores credenciados, como é o caso do geógrafo sueco T. Malmberg, pensador que redigiu em 1976 o livro **Territorialidade humana**, no qual o território é lido em seu aspecto quotidiano mais por meio do uso de recursos do que de defesa e agressão.

Entretanto, alguns autores discutiram essa perspectiva de um modo mais radical, como é o caso de Konrad Lorenz, para o qual há uma associação direta entre a defesa do território e o instinto de agressividade, tanto no campo animal, quanto no contexto do comportamento humano. Para esse pensador, a função mais importante da agressão intraespecífica é a distribuição uniforme de animais de uma espécie em uma área habitável. (Haesbaert, 2019)

De forma geral, Haesbaert (*op. cit*), alerta sobre os riscos de pensar erroneamente a territorialidade humana do mesmo modo que entendemos a territorialidade animal, caminho que pode nos levar a uma interpretação neodarwinista que, apesar de todas as críticas, ganha novo fôlego, acentuadamente, a partir dos progressos nos campos da biogenética, da etologia e da sociobiologia que têm trazido considerações polêmicas e um retorno à "armadilha biologicista" na interpretação da territorialidade.

Por fim, ao termos em mente essa reflexão introdutória sobre a origem do território como um elemento muito antigo, que surge no pensamento político ocidental do século XV, conforme atestou Gottmann (2012), e ao ter sua inserção no pensamento científico a partir de uma perspectiva, muitas vezes, naturalista, destacaremos no próximo tópico como essa discussão do conceito de território esteve presente ao longo da história do pensamento geográfico, evidenciando que a geografia, até mesmo em seu período clássico, não se privou desse debate.

O TERRITÓRIO A PARTIR DA ÓTICA DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

A discussão do território a partir da perspectiva da história da geografia é uma tarefa complexa, tendo em vista que, como nos aponta Paul Claval (2014a) em sua obra História da Geografia*,* a evolução dessa ciência reflete os grandes debates intelectuais que afloraram no mundo ocidental e responde às necessidades da sociedade, notadamente, dos governantes. Ainda conforme o autor, sua história somente pode ser verdadeiramente compreendida levando em conta os contextos intelectual e político-administrativo que marcam cada época.

Destarte, tendo como fundamentação teórica esses apontamentos no que diz respeito à evolução da geografia, buscaremos analisar a posição que o território assumiu no pensamento de teóricos de diferentes paradigmas que influenciaram a produção geográfica ao longo do tempo, sem ter o objetivo de esgotar essa temática, já amplamente debatida em obras aprofundadas de Haesbaert (2019) e Saquet (2020), mas logrando apontar as linhas teóricas que influenciaram a história do território na geografia.

Como citamos anteriormente, é notável que o território é um conceito que esteve presente no pensamento geográfico desde o período que integrou a chamada geografia clássica. Acerca da geografia clássica, cabe destacar que a entendemos a partir da leitura efetuada por Claval (2013), o qual delimita a fase da geografia clássica a partir dos anos de 1880 até 1950, constituindo não um período de estagnação, mas sim de expansão de campos de estudo, como a geografia econômica, a geografia política, a geografia histórica e os estudos sobre o campo e a cidade.

Em análise interpretativa semelhante à de Paul Claval, Andrade (2008) destaca que a geografia clássica integra as contribuições dos pensadores responsáveis por sua institucionalização, que ocorreu, em linhas gerais, entre os anos de 1901 e 1946. Porém, como assevera o mesmo autor, essa tentativa de periodização é um processo difícil, uma vez que as transformações na orientação do estudo e do ensino em geografia se processam lentamente e em uma fase há autores que se encontram em um e em outro período, do mesmo modo que um único autor integra, por meio de seus trabalhos, de dois períodos que se sucedem.

Especificamente na discussão sobre o conceito de território na história da geografia, ao tomar como referência analítica a produção de geógrafos, assevera Andrade (2004), que na geografia clássica o termo já era debatido, ainda que com menor representatividade que conceitos mais tradicionais como região e

espaço. Nesse sentido, o autor supracitado destaca dois geógrafos importantes desse período clássico, que discutiram o território em suas obras: Élisée Reclus[6] e Friedrich Ratzel.

Segundo Capel (1981), Élisée Reclus foi um geógrafo francês e militante anarquista que, apesar de não ter exercido influência na geografia oficial francesa, gozou de grande prestígio da comunidade culta europeia, das classes populares e de geógrafos universitários, inclusive, considerava-se um continuador das ideias difundidas por Karl Ritter, devido à utilização do método comparativo em sua Geografia Universal. Em Reclus[7] (1985), ao discutir a origem da família, do estado e da propriedade, o conceito de território é mencionado pelo autor e sua significação pode ser compreendida a partir do seguinte trecho:

> Na ausência de qualquer direito escrito, só um sentimento de equidade natural devia regulamentar as relações entre os diversos bandos. Uma "espécie de direito internacional", oriundo do próprio estado das coisas, interditava ao grupo de caçadores, pescadores ou exploradores o prosseguimento de sua indústria em território habitado por outro grupo, e tais convenções tácitas, favoráveis ao interesse coletivo, geralmente eram observadas. A propriedade coletiva se constituía, portanto, sem que limites precisos indicassem a partilha de territórios entre as tribos ... (Reclus, 1985, p. 66).

Nesse sentido, apesar de Élisée Reclus no trecho não definir claramente o que ele considera território, podemos subentender que há um elemento que é a habitação de uma área como um território, área essa com "limites precisos", que constituiriam as fronteiras do que o autor denomina território.

Além de Reclus, outro pensador do período clássico da geografia que trouxe o território em sua obra com maior centralidade foi o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904). Consoante Claval (2014a), F. Ratzel é considerado um autor central no nascimento da geografia humana e teve sua produção intelectual influenciada pelos fundadores da geografia científica: Alexander von Humboldt e Karl Ritter. No entanto, Paul Claval realça que a estruturação de seu pensamento se deu por meio da influência da corrente darwinista, bastante difundida por Moritz Wagner (1813-1877) na Alemanha do século XIX.

Aditivamente, ainda na fundamentação teórico-metodológica, Friedrich Ratzel embasou-se, principalmente em sua obra Antropogeografia, numa fundamentação filosófica e metodológica vinculada ao positivismo, associado ao uso do método indutivo, o qual incluía as práticas da observação, descrição, comparação e classificação. (Saquet, 2020)

[6] Além desses dois autores que discutem o território na fase clássica da geografia, é importante pontuarmos que existem outros autores que pensaram essa questão, entre os quais mencionamos a reflexão sobre território a partir da perspectiva libertária de Piotr Kropotkim. Em Kropotkim (2018, p. 117), o autor traz uma breve definição do conceito, mencionando que "O território ocupado por uma nação é igualmente um tecido muito variado de solos e climas, de montes e vales, de encostas, que conduzem a variedades ainda maiores de territórios e de raças. A variedade é o caráter distintivo, tanto do território quanto de seus habitantes, e essa variedade implica também uma variedade de ocupações.".

[7] Vale destacar que a reflexão que fazemos sobre o conceito de território em Élisée Reclus e F. Ratzel foram efetuadas a partir de leituras de traduções de obras desses autores publicadas na coleção "Grandes Cientistas Sociais", cujos organizadores foram Antônio Robert Carlos Moraes e Florestan Fernandes.

Tendo como norte esse referencial teórico-metodológico na sua discussão acerca do território, para Ratzel (1990) é uma obviedade que ele seja uma necessidade para a existência de um Estado, justamente porque é inconcebível haver estado sem território e sem fronteiras, como demonstravam os estudos na seara da geografia política em curso da época. Nesse âmbito, o trecho abaixo reforça essa afirmação:

> Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia política;* e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro (Ratzel, 1990, p. 73).

Desse modo, Ratzel (1990), destacava como evidencia o excerto anterior, em sua obra, a relevância da reflexão em torno do território para pensar o estado, tanto que realizou críticas a teorias sociais que não consideravam o ambiente físico em suas relações com o estado, como a sociologia moderna, que segundo ele, salvo poucas exceções, não tinham obras que tratavam do território de modo aprofundado e acabavam considerando o homem como separado da terra.

Nesse quadro, Friedrich Ratzel considera que não é possível compreender o homem, seja individualmente ou coletivamente, sem considerar, junto ao indivíduo ou ao grupo em questão, o território. Desconsiderando-se a dimensão territorial, é impossível compreender o desenvolvimento dos agrupamentos humanos como tribos, comunas, famílias e o próprio crescimento da potência e da solidez dos estados. (Ratzel, 1990)

A centralidade dada por Ratzel à questão do território é evidente nas relações que ele estabelece no estudo de alguns pontos, como na concepção de que as relações entre sociedade e território são determinadas pelas necessidades de habitação e alimentação. À medida que se torna mais sólido o vínculo que prende a sociedade ao solo através da alimentação e da habitação, torna-se mais urgente a necessidade de manter a propriedade de seu território que, em última instância, passa a ser efetuada pelo Estado[8], o qual tem o dever de proteger o território contra violações externas. (Ratzel, 1990)

Destarte, a concepção de território proposta por Friedrich Ratzel teve sua importância na história do pensamento geográfico pelo fato do autor ser um dos primeiros a atribuir centralidade ao conceito de território para pensar a realidade social, além de se distinguir de outros autores do período clássico que davam centralidade a outros conceitos na geografia, especialmente o de região. Esse pioneirismo é verificado em Saquet (2020), quando este destaca que após ser trabalhado por Ratzel, o território só renasce

[8] Essa relação entre território e estado, como já é algo amplamente debatido, é evidente e confirmada em obras como Gottmann (2012), Andrade (2004), Machiavelli (2019), entre outros.

de forma renovada na filosofia e em estudos de geografia, sociologia e economia a partir das décadas de 1950/1960 e 1970.

Nesse contexto, ainda que com discussões pontuais sobre território em autores como Reclus e Ratzel, de modo global, a história do pensamento geográfico registra que no período compreendido entre 1870 e 1960, que compreende ao paradigma denominado geografia clássica, predominaram os conceitos de região natural ou região geográfica e de paisagem, em detrimento de outros que tiveram menor representatividade. (Côrrea, 2000)

Após essa reflexão sobre o lugar ocupado pelo conceito de território no que hoje conhecemos como geografia clássica, destacando o conceito de território na perspectiva de Élisée Reclus e de Friedrich Ratzel, é essencial pontuarmos que as mudanças ocorridas no contexto social, econômico, político e acadêmico[9] após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) impactaram fortemente o modo de produzir ciência dentro da geografia. Sobre esse contexto, relata Santos (2021):

> A Geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos, após a Segunda Guerra Mundial. No que toca às ciências humanas, tratava-se muito mais de uma revolução que de uma evolução. Para isso contribuíram três razões essenciais: em primeiro lugar, os próprios suportes do trabalho científico progrediram muito; em segundo lugar, as necessidades dos utilizadores mudaram; e, finalmente, o objeto da atividade científica se modificou² (Santos, 2021, p.59).

Nesse contexto pós-guerra, passou-se a se falar, notoriamente no mundo anglo-saxão[10], numa nova geografia, que buscou se distanciar e se diferenciar da chamada "geografia tradicional", considerada ultrapassada, mas acima de tudo como uma "não geografia". A chamada nova geografia passa a ter maior representatividade a partir dos anos 1960, caracterizando-se como uma escola que buscava sobrepor-se aos exclusivismos locais da "geografia tradicional", sendo manifestada através de organizações e publicações próprias e objetivando sua difusão por meio de congressos, colóquios, intercâmbio de professores, entre outras estratégias. (Santos, 2021)

[9] Sobre as mudanças na esfera acadêmica da geografia, destacamos a análise efetuada por Santos (2021) que discorre sobre a falência da geografia clássica fundamentada na tradicional noção de região, que num contexto de expansão da economia internacional não é mais uma realidade viva, dotada de uma coerência interna, passa a ser determinada pelo exterior e seus limites mudam em função de critérios diversos, conforme observado por Bernard Kayser.

[10] De acordo com Claval (2014a), alguns motivos são apresentados para elucidar por qual razão a geografia teorético-quantitativa teve como nascedouro os países anglo-saxônicos. O primeiro deles é que a partir da década de 1950 a renovação da geografia advém, destacadamente, dos departamentos de universidades americanas e britânicas em decorrência do papel crescente dos países anglófonos nos domínios da vida internacional. Outro motivo apontado por P. Claval é que os membros do círculo de Viena, fundadores do pensamento neopositivista (matriz epistemológica da corrente teorético-quantitativa), são perseguidos pelo nazismo e se refugiaram em países anglo-saxônicos.

Sobre as fundamentações teóricas da nova geografia, Côrrea (2000) denomina essa corrente de pensamento como geografia teorético-quantitativa, a qual possui como base filosófica o positivismo lógico[11] e a visão de unidade epistemológica da ciência, baseada principalmente na física. Como método, Roberto Lôbato Côrrea destaca a adoção do raciocínio hipotético-dedutivo escolhido como o mais pertinente, além da adoção de modelos matemáticos nos estudos, que em sua prática, vinculavam-se aos planejamentos público e privado.

No plano dos conceitos que essa corrente do pensamento geográfico destacou, o espaço aparece como conceito-chave, fato inédito na história da geografia, outros conceitos perdem a centralidade que outrora tiveram, como região, que ficou reduzida aos resultados do processo de classificação espacial com base na estatística. Já o conceito de território é apontado como um conceito que não é significativo na geografia teorético-quantitativa. (Côrrea, 2000)

Já Saquet (2020) evidencia que até meados da década de 1950/1970 as abordagens na geografia de base positivista e neopositivista, pragmática e quantitativa, muito presentes no pensamento geográfico francês, negligenciaram o conceito de território em favor do conceito de região, entendido como um recorte espacial com aspectos físicos e humanos definidos.

Tendo como referência esse contexto da geografia teorético-quantitativa, no qual o conceito de território não tinha representatividade, Saquet (*op. cit*) destaca que ele somente foi redescoberto no movimento de renovação da geografia que ocorreu entre os anos de 1950 e 1970, em nível internacional, no qual ocorriam fortes contestações às abordagens positivista e neopositivista. Acerca deste processo que recoloca o território como um conceito importante no pensamento geográfico, o excerto abaixo traz alguns detalhes:

> Passa mais de um século, como afirma Dematteis (1985), para que se faça uma discussão crítica e se recoloque no centro das atenções, no pensamento geográfico, o conceito de território. Neste movimento de renovação da geografia, estão nomes de estudiosos como Pierre George, Pierre Monbeig, Yves Lacoste, David Harvey, Massimo Quaini, Calogero Muscarà, Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Paul Claval, Horácio Capel, Jean Gottmann, Lucio Gambi, Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, Roberto Lôbato Côrrea, entre tantos outros e outras menos conhecidos(as), desta e de outras ciências sociais que influenciam a geografia. Nem todos dão centralidade ao conceito de território em suas abordagens, mas há os "pioneiros", como J. Gottmann, G. Dematteis, M. Quaini e C. Raffestin (Saquet, 2020, p. 37).

[11] De acordo com Dutra (2010) o termo neopositivismo, empirismo lógico ou ainda positivismo lógico, refere-se a uma doutrina surgida na década de 1920 vinculada ao Círculo de Viena, sob a liderança intelectual de Moritz Schlink e sob a influência do atomismo lógico propugnado por Bertrand Russell e Ludwing Wittgestein e do positivismo de Ernst Mach.

Esse movimento de reelaboração do pensamento geográfico não ocorre de forma isolada da realidade, na verdade é fruto de transformações que vinham ocorrendo no contexto social das décadas de 1950/1960 e 1970, como a degradação do meio ambiente, a expansão da urbanização e o aumento das desigualdades sociais, além de mudanças que vinham ocorrendo no pensamento filosófico. Essa convergência de elementos materiais e imateriais possibilitaram a emergência de reflexões geográficas pautadas em pontos de vista antipositivistas em obras de autores que defendiam a utilização da fenomenologia ou do materialismo histórico. (Saquet, 2020)

De acordo com Claval (2022), essas transformações ocorridas na epistemologia da geografia são denominadas de "virada cultural", termo cunhado para sintetizar as transformações que a geografia vivenciou a partir do final da década de 1970, não sendo fruto de uma única orientação geográfica, mas um resultado compartilhado de uma multiplicidade de movimentos: geografia radical, abordagem fenomenológica ou geografia humanista, teoria dos sistemas, bem como as abordagens estrutural e pós-estrutural.

Esse processo de renovação do pensamento geográfico e de redescoberta do conceito de território, fundamentado na fenomenologia, base de campos como a geografia humanista e cultural, ou no materialismo histórico, teoria fundamental para a geografia crítica radical, possui, como detectado por Marcos A. Saquet diversos representantes, como Jean Gottmann, Giuseppe Dematteín, Claude Raffestin, Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, entre outros que contribuíram para a renovação do pensamento geográfico e para a compreensão do território como conceito importante para compreensão/transformação do real.

Tendo como objeto essa redescoberta do conceito de território na geografia, de acordo com Saquet (2020) um dos autores que traz um salto qualitativo no que tange às concepções renovadas de território, na década de 1950, é o geógrafo Jean Gottmann, o qual atribui uma dimensão dinâmica a análise geográfica e que inovou ao trazer para essa ciência o entendimento dos fatores psicológicos ou espirituais. Dessa forma, Jean Gottmann construiu, conforme relata Saquet (2020), uma abordagem histórico-cultural, com elementos materiais e imateriais do território. No trecho a seguir, pode-se verificar a concepção de território em Gottmann, o qual destaca que:

> Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. [...]
>
> O território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina

> e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos (Gottmann, 2012, p.523).

Por conseguinte, a abordagem proposta pelo autor possui algumas características notáveis, as quais a diferenciam de outras abordagens mais disseminadas em meados do século XX, como a naturalista advinda dos estudos etológicos, dado que em sua concepção de território há uma centralidade da dimensão política, tanto na construção, quanto na manutenção do território.

Para Jean Gottmann, o território não é apenas entendido como substrato composto por materiais dispostos por determinadas leis do ambiente natural, mas sim como um elemento construído pelos indivíduos no processo de organização do espaço, consoante com as delimitações de seus próprios objetivos. Com isso, a dimensão imaterial do território, composta pelas intencionalidades e objetivos dos indivíduos, acaba possibilitando a delimitação do território, a organização do espaço.

Em relação aos usos do território, Gottmann (2012) menciona que, o território pode ser usado tanto como abrigo quanto como recurso e, sobre essa questão, o autor esclarece ao citar que:

> Ele pode tentar desenvolver os recursos como um sistema autocontido, tendo em mente o uso como abrigo. Pode também adotar uma atitude completamente diferente e usar o território para desenvolver os recursos próprios dos lugares, numa grande rede de relações diversas, com uma mentalidade expansionista. Ter de realizar essa escolha cria um dilema permanente para um país. Não há uma resposta fácil para o problema: teoricamente, a solução residiria em um consenso balanceado entre isolamento e expansão. A expansão não envolve necessariamente alargamento territorial, mas pressupõe confiar política e economicamente numa vasta rede de relações externas (Gottmann, 2012, p. 532).

De certa forma, essa discussão proposta por Jean Gottmann acerca do território enquanto recurso ou enquanto abrigo é consequência da reflexão que o autor realiza entre o isolacionismo platônico e o cosmopolitismo alexandrino do pensamento filosófico clássico ocidental, fato que evidencia a ampla relação existente entre as utilidades do território e os grandes debates intelectuais produzidos ao longo do tempo.

Ademais, destaca Saquet (2020) que, em adição às contribuições de Gottmann, autor fortemente influenciado pelas escolas francesa e norte-americana, os estudos desenvolvidos a partir da década de 1960 por Giuseppe Dematteis, marcos da reelaboração do pensamento geográfico centrado no conceito de território, possibilitaram também um salto qualitativo na abordagem territorial, na qual esse conceito passa a ser entendido como produto social, lugar de vida e de relações sociais.

Além do mais, em pesquisas em torno das características das casas rurais, Giuseppe Dematteis detectou que as relações sociais entre os indivíduos são um fator condicionante das suas formas e da organização interna, tendo as casas rurais distintas influências territoriais, como a família, a vizinhança, a comunidade e a sociedade urbana. O autor traz à tona uma abordagem material e imaterial do território e da territorialidade humana, por meio da consideração dos fatores psicológicos e econômicos que destaca nos estudos sobre o rural. (Saquet, 2020)

Além desses autores, outro estudioso que tem contribuição no plano da discussão da abordagem territorial, produzindo saltos qualitativos nas análises territoriais, é o geógrafo Claude Raffestin, responsável por influenciar toda uma reflexão intelectual em torno da questão do conceito de território na obra de outros geógrafos, inclusive em pensadores brasileiros, além de trazer centralidade à discussão no Brasil em torno de uma geografia do poder que está amplamente relacionada com o conceito de território, como pode ser visto em Raffestin (1993).

Dentro desta discussão, é importante destacarmos que Claude Raffestin faz parte do grupo de autores que entende território e espaço como conceitos que não são equivalentes, compreende que o espaço seria um ente anterior ao território, posto que o território teria sua constituição marcada pela apropriação material ou, até mesmo, imaterial do espaço por diferentes atores. O excerto abaixo ilustra claramente como o autor entende o território e como ocorre o processo de territorialização do espaço:

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço" (Raffestin, 1993, p.143).

Logo, de acordo com o pensamento de Raffestin (1993), território e espaço não são sinônimos, sendo necessário realizar essa distinção teórica, visto que foram feitas por geógrafos confusões em torno do significado dos dois vocábulos. Adicionalmente, o autor menciona que outras distinções vêm sendo constatadas, como o fato de o espaço ter recebido estatuto de noção e o território de conceito, quadro que possibilita uma formalização mais específica. Para Claude Raffestin, em seu livro "Por uma Geografia do Poder", o território é um espaço onde foi depositado trabalho, seja na forma de energia ou de informação, as quais revelam relações marcadas pelo poder. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 144) destaca que "O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si".

Ainda no campo da geografia crítica, destacamos as reflexões de Manuel Correia de Andrade como autor que contribuiu, consoante Saquet (2020), no movimento de renovação do pensamento geográfico que

trouxe centralidade ao território. Nesse contexto de renovação, Manuel Correia de Andrade passou a discutir o conceito de território através da ótica das relações de poder, ressaltando que:

> O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (Andrade, 2004, p. 19)

Portanto, a discussão efetuada por Manuel Correia de Andrade acabou por destacar a relação entre poder e território, não restringindo a discussão do território apenas ao contexto dos Estados-Nação. Segundo Sposito e Saquet (2016, p. 100), Manuel Correia "Enfatiza, em sua abordagem, as forças políticas e econômicas na constituição do território. Na dinâmica e econômica, reconhece o rompimento das fronteiras pela atuação de grandes empresas.".

Outra corrente de pensamento que trouxe reflexões importantes em torno do conceito de território, trazendo maior centralidade à dimensão cultural dele, é a chamada geografia cultural. Alguns autores que participaram do movimento de renovação do pensamento geográfico entre as décadas de 1950 e 1970 integram essa corrente, como é o caso dos franceses Paul Claval e Joël Bonnemaison, que centram a atenção das abordagens territoriais tendo como ponto de partida a cultura.

Ao discutir o conceito de território na perspectiva cultural, Claval (1999) destaca que a discussão desse conceito, refletido a partir de sua dimensão simbólica, desenvolveu-se a partir dos anos 1970 e 1980 através de pesquisas sobre o espaço vivido. É nesse contexto que os estudos efetuados na seara da geografia tropical, caracterizados por longa permanência em trabalhos de campo e pela atenção dada às monografias de detalhe, aproximaram-se dos métodos que os etnólogos utilizavam em pesquisas acerca de povos antigos. (Claval, 1999)

Um desses estudos foi desenvolvido por Jean Pierre Raison, em Madagascar, no qual o autor detectou a incapacidade dos indígenas locais de se definirem sem referência ao espaço, os grupos só existem ao ter como referência o território que se identificam. Outro autor apontado por Paul Claval como integrante dessa geografia tropical que se aproxima da etnologia é o francês Joël Bonnemaison, o qual desenvolveu pesquisas acerca dos povos nativos de Vanuatu, na Oceania. (Claval, 1999)

Apresentaremos, sinteticamente, a concepção de território em Joël Bonnemaison, tendo em vista a representatividade que esse autor tem na geografia brasileira no que diz respeito a território e territorialidade e por trazer centralidade na sua abordagem cultural ao conceito de território. Joël Bonnemaison (2012),

assim como Paul Claval, atribui um papel central à cultura, não vista apenas como um "resíduo" ou uma superestrutura vaga e fluida como o materialismo propugna. É entendida segundo Bonnemaison:

> ... como outra vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma "visão de mundo" que tem sua coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço (Bonnemaison, 2012).

Essa concepção de cultura é fundamental na abordagem cultural defendida por J. Bonnemaison, que possui como conceitos centrais território e etnia. Para Bonnemaison (2012), o conceito de etnia pode ser compreendido como o campo de experiência e de cultura, vivenciado coletivamente, não podendo ser visto como uma realidade congelada e biológica, mas sim dinâmica, referenciada por diversos modelos culturais e que só pode ser entendida através da escala do grupo vivido. Essa definição é importante, pois se articula diretamente com a acepção de território apreendida pelo autor. Para J. Bonnemaison, não existe etnia ou grupo cultural que, de um modo ou de outro, não invista tanto física quanto culturalmente num território.

Nesse contexto, para o autor supracitado, o território nas sociedades humanas, diferentemente do território do mundo animal, não possui um aspecto obrigatoriamente fechado, não é necessariamente um tecido espacial unido e não induz a um comportamento obrigatoriamente estável. Muito pelo contrário, o que o autor detectou em pesquisas realizadas na Oceania, é que o território:

> ...antes de ser uma fronteira [...] é, sobretudo, conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários [..] um território é coisa bem diferente de um espaço fechado, protegido por uma fronteira. No fundo, ele é muito mais um "núcleo" do que uma muralha, e um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou exclusão do estrangeiro" (Bonnemaison, 2012, p. 287-288).

Nesse sentido, J. Bonnemaison entende o território como um elemento que pode ser aberto, não estritamente delimitado por fronteiras, especialmente, quando consideramos povos tradicionais. Ele propõe uma leitura geocultural, na qual o território é, concomitantemente, "espaço social" (reprodução no espaço da organização social e hierárquica e das atribuições políticas sociais e econômicas) e "espaço cultural" (significação e relação simbólica), ou seja, está associado tanto à sua função social, quanto à função simbólica. (Bonnemaison, 2012)

Ademais, do ponto de vista da abordagem cultural, Bonnemaison (2012) estabelece uma importante distinção entre território e espaço geográfico, concebendo este como um conceito lógico, o espaço é plano, uniforme e não possui mistérios enquanto aquele é apreendido como tudo que foge ao discurso científico, é o vivido, é afetividade e subjetividade. Em síntese, a acepção de J. Bonnemaison entende o território como lugar de mediação entre os homens e sua cultura.

Ainda nessa esfera reflexiva, é essencial pontuarmos que as reflexões advindas dessa ótica cultural do território são fundamentais para a compreensão das relações estabelecidas entre os povos e comunidades tradicionais com a materialidade de seu espaço vivido. E, nesse sentido, uma das contribuições mais notáveis quando pensamos essa valoração subjetiva do espaço é a proposta dos geossímbolos de Bonnemaison (2012).

Para Bonnemaison (2012), um geossímbolo constitui um lugar, um itinerário ou uma extensão que por motivos religiosos, culturais ou políticos, sob o prisma de certos indivíduos ou de grupos étnicos, assimila uma dimensão simbólica que acaba os fortalecendo em suas identidades. Para o autor, o espaço cultural é um espaço geossimbólico, permeado de afetividade e significações.

Assim, a geografia cultural renovada atribuiu, tendo como referência autores como Joël Bonnemaison e Paul Claval, importância ao conceito de território, visto a partir da centralidade da dimensão cultural, enfoque que abriu caminhos para estudos referentes aos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Todavia, é importante mencionar que outros conceitos aparecem com centralidade nessa corrente, como é o caso de paisagem e espaço.

Destarte, a partir das considerações levantadas acerca do conceito de território nas escolas do pensamento geográfico discutidas até então, chegamos a um entendimento que o percurso do conceito é composto de luzes e sombras, que, de certa forma, são reflexos da diversidade de orientações que o pensamento geográfico assumiu em sua trajetória e das prioridades elencadas em cada uma delas (geografia clássica, nova geografia, geografia radical, geografia humanista, geografia pós-moderna), como bem evidencia Claval (2014a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isso posto, no desenvolvimento da pesquisa, compreendemos que a trajetória do conceito de território na geografia não é uniforme, é marcada por uma não linearidade, ou seja, em algumas fases do pensamento geográfico, como na geografia teorético-quantitativa, o conceito de território não tinha representatividade, como já atestava Côrrea (2000) ao mencionar que território e lugar não eram conceitos importantes para o pensamento neopositivista na geografia.

Adicionalmente, na própria geografia clássica, apesar de autores como F. Ratzel e Élisée Reclus trazerem maior relevância para a questão da dimensão territorial, as pesquisas de outros grandes autores desse paradigma voltaram-se principalmente para fundamentações teóricas ligadas a conceitos mais

tradicionais até então, como é o caso do conceito de região, bastante explorado na geografia clássica francesa.

Por outro lado, na geografia crítica, novas teorias, novos métodos e novos conceitos ganham terreno na produção intelectual dos geógrafos e geógrafas num contexto de contestação de parte do que vinha sendo produzido até então. É nessa conjuntura que o conceito de território passa a apresentar um papel de maior centralidade no arcabouço teórico-metodológico da ciência geográfica, figurando como um elemento, muitas vezes, central nesse processo de renovação da geografia, conforme aponta Saquet (2020) 171

Além da geografia crítica, a geografia cultural produziu avanços na discussão do conceito de território, notadamente, no que diz respeito à exploração das relações entre identidade, subjetividades, território e cultura. Essa corrente de pensamento, em que pese ter outros conceitos também centrais, como lugar e paisagem, trouxe importantes estudos fundamentados numa abordagem que ressalta o papel da cultura como elemento indispensável para compreender os territórios.

Portando, destacamos que esse foi o caminho que buscamos trilhar nas reflexões propostas nesta pesquisa, tendo em vista o entrelaçamento entre as fundamentações teórico-metodológicas e as diferentes acepções de território presentes na história da geografia. Nesse sentido, é importante salientar que a presente pesquisa, longe de tentar esgotar a temática, volta suas atenções para evidenciar a história de um conceito central do pensamento geográfico, que atualmente tem fundamentado o discurso geográfico para elucidação da diversidade de realidades espaciais que geógrafas e geógrafos têm objetivado pesquisar.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004. 135 p.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia:** ciência da sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 245 p.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 314 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2022. 281 p.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In:* ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural***:* uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 279-304.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia em la Geografía contemporánea**. Barcelona: Editorial Barcarena S.A., 1981. 509 p.

CLAVAL, Paul. A geografia pós-estrutural e a abordagem cultural. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), *[S. l.]*, v. 26, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/200518. Acesso em: 6 de janeiro de 2023.

CLAVAL, Paul. Como construir a história da geografia?, **Terra Brasilis** [Online], 2 | 2013. Disponível em: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/637. Acesso em: 30 de março de 2024.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014b. 297 p.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2014a. 140 p.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia***,* Niterói, UFF, Programa de Pós-graduação em Geografia, ano 1, n. 2, 1999.

CÔRREA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In:* CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CÔRREA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-48.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. 271 p.

DUTRA, L. H. de A. **Introdução à epistemologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 190 p.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n.3, 2012.

HAESBAERT, R. da Costa. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos.2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. P. 91-118.

HAESBAERT, R. da Costa. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 395 p.

HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 18 dez. 2023. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073. Acesso em 10 de setembro de 2024.

HAESBAERT, R. da Costa. Território e Multiterritorialidade: um debate. ***GEOgraphia*** - Ano IX - No 17 – 2007, p. 19 -46.

KROPOTKIM, Piotr. A descentralização da indústria. ***GEOgraphia*****,** vol. 20, n. 42, 2018: jan./abr.

MACHIAVELLI, Nicolló. **O príncipe**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. 160 p.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias, vol. 1. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2015. 190 p.

RAFFESTIN, Claude**. Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. O povo e seu território. *In:* MORAES, A. C. R. (org.). **Geografia**. São Paulo: ática, 1990, cap. 3, p. 73-82.

RECLUS, Élisée. A origem da família, do estado e da propriedade. *In:* MORAES, A. C. R. (org.). **Geografia**. São Paulo: ática, 1985, p. 61-99.

SANTOS, Milton**. Por uma Geografia Nova:** Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. 285 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 29ºed. Rio de Janeiro: Record, 2019. 174 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In:* SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 69-90.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência editora, 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SOUZA, J.G. de. Limites do território. **AGRÁRIA**, São Paulo, nos 10/11, pp. 99-130,2009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155/155. Acesso em 10 de julho de 2022.

SPÓSITO, E. Savério; SAQUET, M. A. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.84-112, ago./dez.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno Múltiplo. In:SURTEGARAY, D. M. A, VERDUM, R.; BASSO, L. (Orgs.). **Ambiente e Lugar no Urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 13-34.